



**Governo do Estado de São Paulo**  
Controladoria Geral do Estado  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

**Despacho**

**Assunto:** DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI 414/2022

**Número de referência:** CGE-PRC-2022/00307 - PROTOCOLO SIC Nº [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria Estadual da Administração Penitenciária - SAP

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Solicitação de cópia do parecer técnico que determinou o número máximo e mínimo de oficiais administrativos e oficiais operacionais nas unidades prisionais. Razão para a recusa parcial do acesso pretendido indicada. Demanda adequadamente atendida. Provimento negado.

**DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI Nº 414/2022**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria Estadual da Administração Penitenciária - SAP, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta o órgão informou que *"a quantidade necessária de servidores dos cargos apontados foi definida por meio de estudos técnicos tendo como base a lotação, ou seja, a somados postos de trabalho fixados"*. Em recurso, esclareceu que o pedido de acesso ao parecer técnico que determinou o número mínimo e máximo de oficiais administrativos e oficiais operacionais nas unidades prisionais diz respeito a informação com restrição de acesso, conforme o disposto no § 2º, do artigo 36 do Decreto estadual nº 58.052, de 16 de maio de 2012, que Regulamenta a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI). Inconformado, o requerente interpôs o presente apelo revisional, cabível a esta esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. Instado a complementar as informações, o órgão enviou o TCI (Termo de Classificação de Informação) que restringe o acesso. Cientificado, o requerente solicitou, alternativamente, que as informações fossem fornecidas de forma parcial, porém o TCI abrange o documento completo.
4. Considerando que o ente justificou, mesmo que extemporaneamente, a impossibilidade de disponibilizar o documento solicitado, com fundamento no inciso III do artigo 30 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012 e com o Decreto nº 61.836, de 18 de fevereiro de 2016, que dispõe sobre a classificação de documento, dado ou informação sigilosa e pessoal no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta, para fins de que trata a Lei federal nº 12.527/2011, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego provimento**, com fundamento no artigo 11, §1º, II e § 4º c/c artigo 22 da Lei nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com redação dada pelo Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015, alterado pelo aludido Decreto 66.850 de 15 de junho de 2022.

Classif. documental

006.03.02.001

**Governo do Estado de São Paulo**  
Controladoria Geral do Estado  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

5. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 26 de dezembro de 2022.

Antonio Carlos Santa Izabel  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público